

Informativo Semanal

#COVID-19



AJUFE

28/05

União deve pagar indenização para soldado que sofreu perda de audição durante exercício de tiro

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) condenou a União ao pagamento de indenização de R\$ 15 mil por danos morais a um rapaz de 24 anos, residente em Foz do Iguaçu (PR), que sofreu perda auditiva unilateral em um exercício de treinamento de tiro durante o serviço militar. A decisão do colegiado foi tomada de forma unânime durante sessão telepresencial de julgamento ocorrida nesta semana (25/5).

O jovem estava no cumprimento de serviço militar, em março de 2016, na época com 18 anos de idade. Durante um exercício de tiro, devido ao som dos disparos, ele alegou que teria sentido tontura e imediatamente passou a ouvir um zumbido no ouvido direito.

Continue lendo...

27/05

Ajufe recebe visita institucional do presidente da ADPF

O presidente da Ajufe, Eduardo André, e o vice-presidente na 1ª Região, Caio Marinho, receberam, nesta quinta-feira (27/5), o presidente da Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Edvandar Felix de Paiva. A visita institucional tratou de temas relacionados à reforma administrativa e do projeto que reforma o Código de Processo Penal.

Continue lendo...

27/05

Presidente eleito do TRF4 fala sobre a gestão 2021-2023 no Justa Prosa desta semana

O podcast Justa Prosa desta semana, 13º da série "No interesse da população", entrevista o desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, presidente eleito para a gestão 2021-2023 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). O magistrado, que tomará posse no dia 21 de junho, fala sobre o plano de trabalho para a administração da Corte a curto, médio e longo prazos e discorre sobre as estratégias para ampliar ainda mais a aproximação da Justiça Federal com a comunidade dos três estados do Sul do país. Ainda, o desembargador aborda a estratégia de atuação do Tribunal frente aos próximos desafios

provocados pela pandemia de Covid-19. O episódio já está disponível no portal do Tribunal, no canal da Rádio TRF4 na plataforma de streaming Spotify e no perfil da Corte no YouTube.

Continue lendo...

27/05

Negada indenização em caso de morte em que não foi comprovada má prestação de serviços médicos pelo SUS

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou provimento à apelação contra a sentença de primeira instância que havia julgado improcedente o pedido de indenização por danos morais do marido e filhos de uma senhora que morreu em novembro de 2019 com 61 anos de idade. Na ação, os familiares alegaram a má prestação de serviços médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) que teria sido decisiva para o falecimento da mulher. Em sessão telepresencial de julgamento realizada ontem (25/5), a 3ª Turma entendeu que não houve nexo causal entre a alegada falha e o óbito, não sendo factível o dever do Estado de indenizar os familiares.

A família, residente em Pelotas (RS), declarou que a senhora foi diagnosticada com neoplasia maligna da cauda do pâncreas com metástase em outros órgãos, sendo submetida a diversos tratamentos na rede pública de saúde, inclusive quimioterápicos, junto ao Centro de Quimioterapia e Oncologia da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Continue lendo...

27/05

Tribunal concede aposentadoria por invalidez para dona de casa que sofre de fibromialgia e depressão

A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em decisão unânime, reformou uma sentença da Justiça Federal gaúcha e determinou o reestabelecimento do pagamento de auxílio-doença com conversão em aposentadoria por invalidez para uma dona de casa de 55 anos, residente em Canoas (RS), que sofre de fibromialgia e de depressão. O julgamento do colegiado foi proferido em sessão virtual realizada na última semana (20/5).

A dona de casa narrou que recebia auxílio-

-doença do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), porém o benefício foi cessado em julho de 2017, após laudo pericial apontar a inexistência de incapacidade laborativa por parte da mulher.

Continue lendo...

27/05

**Desembargadora federal Inês
Virgínia é indicada como juíza de
enlace para Convenção de Haia**

A desembargadora federal Inês Virgínia, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), foi indicada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, como juíza de enlace para a Convenção da Haia, de 25 de outubro de 1980.

A magistrada será o contato adjunto no âmbito da 3ª Região, que envolve os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, para casos de sequestro internacional de crianças.

Continue lendo...

27/05

**Resolução que cria Juizado Especial
Adjunto à 5ª Vara Federal de Alagoas
entrará em vigor no dia 1º de junho**

O Plenário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 aprovou, no dia 19/05, uma alteração no prazo de vigência da Resolução nº 11/2021, que criou o Juizado Especial Federal Adjunto à 5ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas. Com a mudança, prevista na Resolução nº 12, de 19 de maio de 2021, a nova data de vigência passa para o próximo dia 1º de junho. O uso do PJe 2.X para as novas demandas do Juizado Especial Federal adjunto também será obrigatório.

No dia 12/05, quando a matéria foi aprovada pelo Plenário da Corte, ficou estabelecido que a referida resolução passaria a valer a partir da data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região. Por sugestão dos magistrados da Seção Judiciária de Alagoas, o presidente do TRF5, desembargador federal Edilson Nobre, analisou que seria necessário ampliar o prazo de implantação da nova unidade, considerando todos os procedimentos necessários que ainda precisam ser realizados pela Diretoria do Foro alagoano. A proposta foi aprovada de forma unânime pelo órgão colegiado.

Continue lendo...

27/05

**TRF5 libera mais de R\$ 220 milhões
em RPVs a partir do dia 31/05**

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 antecipou o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) autuadas no mês de abril e libera os valores a partir da próxima segunda-feira (31/05). No total, serão R\$ 228.423.882,41 destinados a 32.317 beneficiários em toda a 5ª Região, que compreende os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Com 6.250 jurisdicionados, o estado do Ceará receberá o maior valor: R\$ 57.627.756,32.

Os requisitórios inseridos no intervalo sequencial nº 2.644.835 a 2.656.241 serão pagos pela Caixa Econômica Federal. Já os de número 2.656.242 a 2.667.806 receberão por meio do Banco do Brasil. Para receber o pagamento, os beneficiários devem apresentar os originais com cópias dos documentos de identidade e CPF, além de um comprovante de residência.

Continue lendo...

27/05

**Negado reajuste de salarial de
28,86% concedido a militares
a professor universitário**

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a sentença que negou, a um professor universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o reajuste de vencimentos de 28,86%, concedido aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993.

Ao analisar o recurso interposto pelo docente, o relator, juiz federal convocado Ailton Schramm de Rocha, explicou que o reajuste concedido aos militares é extensivo aos servidores públicos federais civis.

Continue lendo...

27/05

**Não compete ao Ibama exercer
a função de perito judicial**

Em sede de Mandado de Segurança originário, a Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) concedeu a segurança, confirmando a decisão liminar deferida, para afastar o cumprimento de ordem judicial expedida pelo Juízo da Comarca de Colorado do Oeste/RO para que o Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) atue como perito nos autos da Ação Civil Pública 7000033-84.2016.8.22.0012.

Ao deferir a segurança, o relator, juiz federal convocado Gláucio Maciel, afirmou que Ibama não tem, dentre suas atribuições institucionais previstas na legislação de regência, o dever de funcionar com o perito judicial. Por conseguinte, o exercício de tal função implicaria em ofensa ao princípio da legalidade estrita, que significa que a Administração Pública somente pode agir dentro dos limites do que autoriza a lei.

Continue lendo...

27/05

Mantida pena imposta pela fraude em financiamento do BNDES de mais de R\$ 1 milhão para implantação de uma granja de suínos em Minas Gerais

A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a condenação de um gerente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o funcionário de uma empresa frigorífica e um empresário, por terem obtido financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com apresentação de documentos falsos, em Ituiutaba/MG.

O relator, juiz federal convocado José Alexandre Franco, destacou em seu voto que o empresário obteve financiamento nos programas BNDES Automático no valor de R\$880.000, e Moderagro, de R\$200.000 reais, tendo como agente repassador o BDMG, para implantação em parceria com uma empresa frigorífica de uma granja para criação de suínos, composta por seis galpões, totalizando 7.938 m2.

Continue lendo...

27/05

TRF4 revoga prisão preventiva de lobista João Augusto Rezende Henriques e impõe proibição de deixar o país

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) deu ontem (26/5) parcial provimento a um habeas corpus (HC) impetrado pela defesa do lobista e operador financeiro João Augusto Rezende Henriques e determinou a revogação da prisão preventiva dele, que havia sido decretada pela 13ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Lava Jato.

Henriques está preso desde setembro de 2015 e é apontado pelas investigações como um dos operadores do partido MDB junto à Petrobras. Ele foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro em ações penais oriundas da Lava Jato. A 8ª Turma da Corte votou, de maneira unânime, por revogar a preventiva, mas impôs ao lobista a proibição de deixar o país, devendo ser entregues à Justiça os passaportes de quaisquer nacionalidades que ele possua.

Em março deste ano, a defesa de Henriques impetrou um pedido de revogação da prisão preventiva na Justiça Federal paranaense, sustentando o excesso de prazo da medida, já que o réu está preso há mais de 5 anos e que os riscos que levaram aos decretos prisionais não seriam mais atuais.

Continue lendo...

27/05

TRF3 concede benefício assistencial a homem que passou por 15 procedimentos para eliminar cálculos renais

Decisão do desembargador federal Sérgio Nascimento, da Décima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), determinou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) conceder o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a um portador de cálculos renais. O homem já sofreu mais de 15 intervenções para facilitar a saída das pedras.

Para o magistrado, ficou comprovado que o autor não possui meios para sua subsistência e apresenta impedimentos de longo prazo que impedem sua participação na sociedade em igualdade de condições com outras pessoas.

Continue lendo...

26/05

TRF1 determina reparação de dano ambiental na Reserva Biológica do Jaru pelo estado de Rondônia e pelo município Vale do Paraíso/RO

A Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) decidiu que o estado de Rondônia e o município de Vale do Paraíso/RO deverão reparar o dano ambiental causado na Reserva Biológica do Jaru e no seu entorno - TD Bela Vista. O Colegiado determinou, ainda, que eles deixem de patrocinar e incentivar invasões na reserva.

O Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) interpu- seram apelações contra a sentença em ação civil pública proposta pelas entidades, que não determinou essas obrigações ao esta- do de Rondônia e ao município. A sentença estabeleceu que somente a Associação dos Produtores Rurais Verde Vale (Aspror) deve- ria fazer a compensação ambiental.

Continue lendo...

26/05

Liberados R\$ 1,5 bilhão referentes a RPVs do mês de abril

O Conselho de Justiça Federal (CJF) liberou o valor de R\$ 1.580.703.116,63 aos Tribunais Regionais Federais (TRFs) referente ao pa- gamento das Requisições de Pequeno Va- lor (RPVs) autuadas no mês de abril de 2021, abrangendo o total de 132.816 processos, com 159.022 beneficiários.

Do valor total, R\$1.284.290.870,21 corres- pondem a matérias previdenciárias e assis- tenciais, a exemplo de revisões de aposen- tadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 69.786 processos, com 87.246 beneficiários.

Continue lendo...

26/05

TRF3 institui plataforma interinstitucional de demandas ambientais e indígenas

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) criou uma Plataforma Virtual Interins- titucional para solucionar demandas ambien- tais e indígenas. A iniciativa pretende alcançar soluções consensuais para os conflitos rela- tivos ao direito ambiental e indígena a partir da articulação entre as instituições litigantes na Justiça Federal. A plataforma será imple- mentada e executada pelo Gabinete da Con- ciliação do TRF3 (Gabcon).

Segundo a juíza federal em Auxílio à Presi- dência do TRF3 Raecler Baldresca, a criação desse espaço de articulação terá grande im- pacto na resolução de demandas dos temas. "Os problemas relacionados aos indígenas e ao meio ambiente normalmente têm maior complexidade e envolvem diversas institui- ções, em diferentes níveis federativos. Ao promover reuniões entre todos esses atores,

a plataforma possibilitará a troca de informa- ções e a adoção de soluções elaboradas em conjunto, de forma harmônica e ágil", desta- cou.

Continue lendo...

26/05

Treinador de animais do ramo circense deve pagar multa do Ibama por maus-tratos

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou o recurso de apelação de um profissional do ramo circense e trei- nador de animais, residente em Viamão (RS), e manteve a cobrança de uma multa de R\$ 3 mil aplicada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renová- veis (Ibama) por maus-tratos a animais que estavam sob a custódia do homem. A deci- são do colegiado foi proferida por unanimi- dade em sessão telepresencial de julgamen- to ocorrida na última semana (20/5).

O profissional circense, que treina animais de fauna exótica, foi autuado pelo Ibama, após fiscais constatarem práticas de maus-tratos a dois tigres siberianos e um babuíno.

Continue lendo...

26/05

Vem aí a Semana do Meio Ambiente do TRF1: depois da pausa, o recomeço

Durante a semana de 21 a 25 de junho, o TRF1 está preparando uma série de atividades vir- tuais em homenagem ao dia 5 de junho, data em que se celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente. A ideia é que os participantes pos- sam, ao mesmo tempo em que colocam a mão na massa, com atividades práticas em suas casas, refletir sobre os efeitos dos mo- mentos difíceis advindos da pandemia cau- sam às pessoas na Terra.

A vida se encarregou de parar a humanidade, de colocá-la reclusa em suas próprias ca- sas por longo tempo, e agora, com as novas perspectivas que se despontam com a vaci- na, convida a uma retomada de forma mais consciente, experimentada e esperançosa.

Continue lendo...

25/05

NAS do TRF5 passa a usar prontuário eletrônico e serviço de telemedicina

Com o objetivo de dar celeridade e continuidade aos atendimentos médicos de magistrados e servidores, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 adquiriu uma nova plataforma de serviço médico, que reúne os sistemas de prontuário eletrônico e de telemedicina. As licenças para utilização dos serviços foram adquiridas para o Núcleo de Assistência à Saúde (NAS) do TRF5 e para os núcleos de saúde das Seções Judiciárias vinculadas, cabendo a cada unidade a organização dos procedimentos para utilizar a ferramenta.

Com a utilização do prontuário eletrônico, as informações sobre o histórico de saúde do paciente estarão disponíveis mesmo que de forma remota. Antes, os dados eram atualizados manualmente, com todas as informações registradas em papel. Além do desgaste do material com o tempo, o acesso às informações foi prejudicado com a pandemia da Covid-19, que impôs a necessidade de distanciamento social e, conseqüentemente, o teletrabalho. Com a recente aquisição da plataforma, os dados pessoais dos pacientes foram migrados do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SARH WEB) e os documentos com o histórico médico de cada um deles está sendo, aos poucos, digitalizado pela equipe do NAS, com absoluto respeito ao sigilo das informações.

Continue lendo...

25/05

**Mantida pena aplicada à empresário
pela extração de argila sem
autorização do Departamento
Nacional de Produção Mineral**

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a pena aplicada a um empresário, que extraiu 23.376,9 m³ de argila sem autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Ele entrou com apelação contra a sentença que o condenou à pena de seis meses de detenção e 10 dias-multa pela prática de crime contra o meio ambiente, conforme o artigo 55 da Lei 9.605/1998, além da pena de um ano de detenção e 10 dias-multa, pelo crime de usurpação do patrimônio da União com a exploração de matéria-prima sem autorização legal, previsto no artigo 2º, caput, da Lei

8.176/1991.

Continue lendo...

25/05

**Deferida a candidato o reposicionamento
no final da lista dos aprovados
no concurso público**

A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a sentença do Juízo da 14ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais que determinou ao Diretor-Geral do Departamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que nomeie, dê posse e exercício a um candidato que, antes de ser nomeado na primeira vez, solicitou ser deslocado para o final da lista dos aprovados da prova objetiva do concurso público para provimento de cargos de policial rodoviário federal.

Consta dos autos que o candidato foi classificado no 464º lugar no certame e foram aprovados 950 candidatos em ampla concorrência e 17 dos classificados, para as vagas destinadas as pessoas com deficiência. Ao analisar o caso, o relator, juiz federal convocado Rafael Paulo Soares Pinto afirmou ser assente o entendimento deste TRF1 de que pode o candidato requerer seu remanejamento para o final de fila de aprovados em concurso público, ainda que não exista previsão em edital nesse sentido, não acarretando qualquer prejuízo aos demais candidatos, bem como à Administração Pública.

Continue lendo...

25/05

**Funcionário terceirizado é condenado
por furto durante manutenção
de terminais da CAIXA**

A Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) manteve a condenação de um funcionário terceirizado que furtou R\$ 8,6 mil de terminal de autoatendimento de agência da Caixa Econômica Federal (Caixa), em Campo Grande/MS, quando prestava serviço de manutenção.

O colegiado entendeu que a materialidade e a autoria do crime de furto qualificado restaram comprovadas pelo relatório de ocorrência de furto de numerário, laudo de perícia criminal, com imagens das câmeras de vigilância, e depoimentos de testemunhas.

Continue lendo...

25/05

JF em Passo Fundo (RS) condena quadrilha especializada em falsificação de dinheiro

A 3ª Vara Federal de Passo Fundo condenou cinco pessoas – três homens e duas mulheres – por crimes de associação criminosa e moeda falsa, resultante da chamada Operação Bolicho. O grupo atuava no oeste e litoral norte de Santa Catarina, e no norte do Rio Grande do Sul. Dos acusados restantes, um foi absolvido e outra responde ação penal separadamente. A sentença foi assinada em 18/5 pelo juiz federal Rodrigo Becker Pinto.

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou a denúncia em 2017, narrando três fatos criminosos. No primeiro, afirmava que os sete réus faziam parte de uma quadrilha que colocaria em circulação cédulas falsas, mais especificamente, notas de 50 e 100 reais. O suposto líder do grupo, conhecido como "Carreca", seria o responsável por distribuir os bilhetes falsos para os demais integrantes (inclusive sua mãe e sua sobrinha), que teriam o papel de introduzir as réplicas em circulação.

Continue lendo...

25/05

ANTAQ deve fiscalizar estações hidroviárias de São José do Norte e de Rio Grande para coibir aglomerações

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu, na última semana (19/5), negar provimento ao recurso da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e manter a decisão liminar de primeira instância que havia determinado que a autarquia efetue fiscalizações semanais nas estações hidroviárias dos Municípios gaúchos de São José do Norte e de Rio Grande, com o objetivo de coibir a formação de aglomerações no transporte aquaviário de passageiros durante a pandemia de Covid-19. A determinação judicial ainda estabelece a aplicação de multa à ANTAQ no valor de mil reais para cada semana em que não for realizada a fiscalização. A decisão que manteve válida a liminar foi proferida pela 4ª Turma do TRF4, de maneira unânime, em sessão telepresencial de julgamento.

Em abril de 2020, o Município de São José do Norte ajuizou a ação civil pública contra a

ANTAQ e a empresa Transporte Transportes Aquaviários LTDA, responsável pelo serviço de travessias diárias de transporte aquaviário intermunicipal entre São José do Norte e Rio Grande.

Continue lendo...

25/05

Tribunal mantém multa para farmácia que estava funcionando sem a presença de técnico farmacêutico

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu, por unanimidade, manter válidos um auto de infração e uma multa no valor de R\$ 7.448,61 impostos pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul (CRF/RS) a uma farmácia, localizada em Sapucaia do Sul (RS), que estava funcionando sem a presença de um técnico farmacêutico responsável. A decisão do colegiado foi proferida em sessão telepresencial de julgamento realizada na última semana (19/5).

O estabelecimento foi multado pelo CRF em agosto de 2017, após ser constatada, durante uma fiscalização, a ausência de diretor técnico farmacêutico.

Continue lendo...

25/05

Conselho da Justiça Federal libera R\$1,5 bilhão em Requisições de Pequeno Valor

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos Tribunais Regionais Federais (TRFs) os limites financeiros no valor de R\$ 1.580.703.116,63 relativos ao pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), autuadas em abril de 2021, para um total de 132.816 processos, com 159.022 beneficiários.

Do total geral, R\$1.284.290.870,21 correspondem a matérias previdenciárias e assistenciais, a exemplo de revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 69.786 processos, com 87.246 beneficiários.

Continue lendo...

24/05

Episódio do Podcast Mulheres e Justiça debate corpo da mulher em contextos extremos

O quarto episódio do Podcast "Mulheres e Justiça" ocorre nesta terça-feira, 25 de maio, às 12h. As três convidadas Sylvia Steiner, Louise Filgueiras e Tani Wurster debatem os artigos escritos no livro coletivo "Mulheres e Justiça – Os Direitos Fundamentais escritos por elas".

Os capítulos em debate nesta episódio trazem o corpo da mulher em contextos extremos: violência sexual em conflitos armados, criminalidade, aprisionamento relacionados à questão de gênero.

Continue lendo...

24/05

CJF disponibilizará recursos para quitação de precatórios aos TRFs em junho

O Conselho da Justiça Federal (CJF) informa que foram ultimadas as tratativas junto às secretarias de Orçamento Federal e Tesouro Nacional, no sentido de viabilizar a quitação dos precatórios de 2021 de responsabilidade da Justiça Federal, com a disponibilização dos recursos aos Tribunais Regionais Federais (TRFs) no mês de junho.

Após o recebimento dos recursos, os TRFs promoverão os depósitos e créditos para saque pelos respectivos beneficiários até julho de 2021 nas instituições financeiras oficiais.

Continue lendo...

24/05

Justiça Federal do Rio Grande do Norte celebra 5 anos do CEJUSC

Os cinco anos de instalação do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Justiça Federal no Rio Grande do Norte (JFRN) foi celebrado em grande estilo. O evento, transmitido pelo canal do Youtube da JFRN, marcou o lançamento do projeto "Postura Sistêmica: um novo olhar para conciliar", no formato virtual, cujo objetivo é capacitar servidores, conciliadores e mediadores para a prestação de um serviço mais humanizado e acolhedor aos jurisdicionados, além de incrementar a qualidade das conciliações e mediações on-line.

O evento comemorativo aos cinco anos do CEJUSC contou com a participação do presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, desembargador federal Edilson Pereira Nobre Júnior, que destacou o excelente trabalho desenvolvido pelo Centro da JFRN. "A questão da conciliação é uma nova face, e uma face que tem muito a elevar a Justiça Federal. Reduzindo-se a litigiosidade, vamos caminhar para paz social", analisou.

Continue lendo...

24/05

JFRN estreia novo site

A Justiça Federal no Rio Grande do Norte (JFRN) estreou, ontem (20), seu novo site. Com um layout mais moderno, o projeto está alinhado às propostas e padrões apresentados no portal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5. O trabalho foi desenvolvido pela equipe de do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação da JFRN.

O novo site tem o azul como cor principal, harmonizando com a logomarca do Judiciário Federal. Além disso, os links estão mais práticos e com uma comunicação direta. As políticas de acessibilidade também ganharam destaque no novo sítio eletrônico.

Continue lendo...

24/05

TRF5 inicia curso sobre LGPD

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 iniciou, na última segunda-feira (17), as aulas do curso "Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Aspectos Principais". Os participantes acompanham o primeiro de quatro módulos da capacitação.

Durante a primeira fase do curso, fazem parte da programação exposições de entrevistas com pessoas que são referências no que diz respeito à matéria: o presidente do TRF5, desembargador federal Edilson Nobre; a encarregada da LGPD no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), desembargadora Denise Francoski; o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho; a diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Miriam Wimmer; e o coordenador de Tecnologia e Pesquisa da ANPD, professor Marcelo

Guedes.

Continue lendo...

24/05

**Em clima de renovação, último dia da
Semana da Inspeção 2021 apresenta
nova gestão da Corregedoria**

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região realizou hoje (21/5) a live de encerramento da Inspeção 2021, que foi um evento focado em inovação, tecnologia e importância do conhecimento e da valorização das pessoas.

A live foi marcada pela despedida da gestão da corregedora regional e desembargadora federal Luciane Amaral Corrêa Münch, bem como a do vice-corregedor e desembargador federal Luiz Carlos Canalli, de seus cargos na Corregedoria. Com a gestão se encerrando, os magistrados aproveitaram o espaço de fala para lembrarem suas trajetórias enquanto estiveram à frente da Corregedoria e sobre a própria dedicação e a dos colegas, além de desejar boas-vindas aos novos gestores.

Continue lendo...

24/05

**Mantida sentença que determinou
o pagamento de aposentadoria
por idade rural à autora**

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a sentença que determinou o pagamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de aposentadoria por idade para uma trabalhadora rural, na qualidade de segurada especial.

O INSS interpôs apelação sob alegação de que ela não tem direito ao benefício, porque possui endereço urbano, seu marido trabalhou por alguns anos na administração municipal e possui veículos em seu nome, e não há prova material de exercício da atividade rural.

Continue lendo...

21/05

**JF Ijuí condena proprietários e empresa
por venda fictícia de medicamentos
do Programa Farmácia Popular**

A 1ª Vara Federal de Ijuí condenou os proprie-

tários e a empresa por venda fictícia de medicamentos vinculados ao Programa Federal Farmácia Popular. Eles terão que ressarcir os cofres públicos em quase R\$ 1 milhão. A sentença, publicada na terça-feira (18/5), é do juiz Alexandre Arnold.

O Ministério Público Federal ingressou com a ação de improbidade administrativa contra o casal proprietário e a empresa de comércio de medicamentos em razão de ilegalidades na execução das ações do programa federal. Alegou que eles, para fins de faturamento, apresentaram o registro de dispensação de medicamentos de forma irregular, em nome de pessoas que não realizaram as compras, de responsável legal, técnico, procurador e funcionários da farmácia, em nome de pessoas falecidas; sem a comprovação da aquisição por meio de notas fiscais e sem as cópias dos cupons vinculados e prescrições médicas.

Continue lendo...

21/05

**Mais de 600 iniciativas concorrem
ao 18º Prêmio Innovare**

O Prêmio Innovare revelou esta semana o número de práticas que concorrem às sete categorias de sua 18ª edição. Mesmo com as dificuldades relativas ao isolamento social, por conta da pandemia de Covid-19, 634 trabalhos que colaboram para ampliar e aprimorar o atendimento da justiça aos brasileiros vão disputar a premiação. A fase de entrevistas, que começou nesta segunda-feira, dia 17 de maio, seguirá até o dia 7 de julho.

O Prêmio Innovare é uma iniciativa do Instituto Innovare e promove, desde 2004, as boas práticas criadas por profissionais da área jurídica para tornar a justiça mais ágil e acessível à população.

Continue lendo...

21/05

**Loja de rações e produtos para animais
não pode ser obrigada a se registrar no
Conselho Regional de Medicina Veterinária**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu negar provimento ao recurso interposto pelo Conselho Regional de Medi-

cina Veterinária do Estado do Rio Grande do Sul (CRMV/RS) contra a decisão de primeira instância que havia julgado procedentes os pedidos de uma loja de rações e de produtos para animais. O estabelecimento solicitou ao Judiciário que não fosse obrigado a efetuar registro no Conselho, nem a manter um médico veterinário como responsável técnico, além da anulação de um auto de fiscalização. Em sessão telepresencial de julgamento ocorrida nesta semana (18/5), a 3ª Turma da Corte votou, de maneira unânime, por manter válida a sentença de primeiro grau.

A loja, localizada em Rio Grande (RS), ajuizou a ação contra o CRMV em fevereiro de 2020.

Continue lendo...

21/05

JF Caxias do Sul condena ex-funcionário do Banrisul por fraude para recebimento de benefícios previdenciários de pessoa falecida

A 5ª Vara Federal de Caxias do Sul condenou um ex-funcionário do Banrisul por fraude para o recebimento de benefícios previdenciários de mulher falecida em 2008. A denúncia narra três fatos criminosos: peculato, falsidade ideológica e denunciação caluniosa. A sentença, publicada na segunda-feira (17/5), é do juiz Rafael Martins Costa Moreira.

Autor da ação, o Ministério Público Federal (MPF) alegou que o então bancário, funcionário de uma agência localizada em Bom Jesus, e um produtor rural desviaram valores que haviam sido depositados pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), por erro, em conta no banco Banrisul, relativos a benefícios previdenciários da mãe do último. Embora a mulher tenha falecido em 2008, os depósitos prosseguiram até junho de 2014, totalizando quase R\$ 88 mil.

Continue lendo...

21/05

Ajufe participa de seminário do CNJ sobre acesso à justiça

O presidente da Ajufe, Eduardo André, participou, nesta sexta-feira (21/05), do "Colóquio Acesso à Justiça: diálogo, diversidade e desenvolvimento", promovido pelo Conselho

Nacional de Justiça. O objetivo do evento é dar continuidade ao diálogo interinstitucional internacional e à promoção do acesso à Justiça. Houve transmissão, ao vivo, no canal do CNJ no Youtube.

Durante a abertura, o presidente da Ajufe falou das iniciativas da Justiça Federal e da associação para incentivar o acesso à justiça, o diálogo, a diversidade e o desenvolvimento.

Continue lendo...

20/05

TRF3 realiza seminário virtual Mães Pandêmicas com palestras sobre saúde e contra violência

Entre os dias 26 e 28 de maio, a EMAG do TRF3, em parceria com a Comissão de Equidade de Gênero do Tribunal, realiza o Webinar "Mães Pandêmicas em Maio". O evento, gratuito, trará palestras, exposições fotográficas e exibição de um curta-metragem que abordam a luta pela saúde, sobrevivência e contra a violência.

Podem participar magistrados, servidores e o público em geral. Cada palestra terá duração de 1h30. O evento não é credenciado pela ENFAM, mas será conferido certificado de participação às pessoas previamente inscritas que atingirem a frequência mínima de 75% da carga horária.

Continue lendo...



AJUFE